

Quem reivindica a identidade?

Rita Terezinha Schmidt*

Resumo

Tomoo a narrativa de uma experiência como moldura e tema para tecer considerações sobre as condições em que são gerados discursos de exclusão no campo dos estudos literários e sobre seu impacto negativo no ensino da literatura, uma vez que tais discursos estão pressupostos numa concepção homogênea e totalizadora de identidade nacional. Tal concepção desconsidera os avanços do conhecimento sobre a produção literária brasileira do século XIX e desautoriza textos produzidos às margens do cânone, fomentando discriminações e preconceitos incompatíveis com a noção de uma educação libertária e emancipatória.

Palavras-chave: Discurso. Exclusão. Valor. Autoria feminina. Educação.

Como moldura para a problemática que proponho delinear e em torno da qual pretendo refletir, tendo como foco um certo recorte do tema “escrita e identidade”, gostaria de iniciar com uma pequena história. Num certo salão de iniciação científica, realizado no ano passado numa certa universidade do sul do país, uma aluna do curso de graduação em letras, bolsista de iniciação científica sob minha orientação, apresentou um texto sobre o romance *Úrsula*, publicado em 1859 no Maranhão e de autoria de Maria Firmina dos Reis.

Trata-se de um romance esquecido por parte de historiadores da literatura, críticos e docentes de literatura brasileira até 1975, ano da reedição fac-similar de *Úrsula* pela Gráfica Olímpica do Rio de Janeiro, seguido de uma terceira edição em 1988, como

* Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutora em Literatura pela University of Pittsburgh.

Data de submissão: maio de 2008. Data de aceite: agosto de 2008.

texto integrante da coleção “Resgate”, da Editora Presença, também do Rio de Janeiro, sob os auspícios do Ministério da Cultura e do Instituto Nacional do Livro, dentro do Projeto Pró-Memória. A quarta reedição data de 2004, pela Editora Mulheres, de Florianópolis.

Acabada a apresentação do texto sobre *Úrsula* nesse salão de iniciação, uma das professoras integrantes da banca de avaliação perguntou à aluna se ela usaria o romance em pauta no ensino da literatura. Para se recuperar da surpresa que a pergunta e, sobretudo, o seu tom lhe havia causado, a aluna solicitou à professora que repetisse a pergunta. Ficou, então, esclarecido que a professora queria saber se a aluna considerava o romance como literatura e se utilizaria o texto num contexto de ensino de literatura.

De imediato, cumpre ressaltar que a pergunta não foi sobre a pesquisa realizada, seus pressupostos e metodologia, clareza ou coerência do texto apresentado. Fica evidente também que a pergunta da professora não nasceu de uma curiosidade ingênua que frequentemente transita pela via do senso comum, tampouco de uma curiosidade epistemológica, uma atenção indagadora diante do novo, do que ainda não se conhece.

A pergunta nasceu de um posicionamento crítico sobredeterminado por discursos produzidos e reproduzidos

em certos contextos institucionais nos quais os estudos de literatura nacional, a despeito dos desenvolvimentos teóricos contemporâneos e da abertura interdisciplinar, ainda estão, em muitos aspectos, voltados à preservação e à continuidade de pressupostos avaliativos e interpretativos gerados pela hegemonia de saberes constituídos na perspectiva da literatura canônica ou da alta literatura. Não é de hoje que parte da crítica às formações canônicas e a seus parâmetros de valoração se vale de argumentos que evidenciam o quanto os cânones sustentam um mesmo código escritural, cuja função é projetar uma representação idealizada da cultura, como se esta constituísse uma totalidade sem fraturas.

A vigência de uma identidade histórica da cultura e da literatura nacional como força unificadora e homogeneizante tem consequências na prática do ensino de literatura brasileira, particularmente quando o ensino converge para a leitura e a análise de textos autenticados pela evocação a uma tradição que os define como “verdadeira literatura”, uma posição ideológica que inscreve uma representação de autoridade.

Nesse contexto, emergem discursos reveladores de predisposição, e mesmo preconceito, que excluem de seu campo de sentido e valor o que pode nele provocar tensões, dissonâncias

e deslocamentos, ou seja, a diferença de outros textos, outras vozes e outras histórias. O que se lamenta é que discursos excludentes causem um prejuízo considerável na produção de conhecimento, pelo fato de articularem posicionamentos que fecham a possibilidade de inovação e de abertura das fronteiras do já conhecido à luz dos novos saberes que emergem em razão dos desenvolvimentos teóricos e das pesquisas realizadas nas últimas décadas.

Esse fechamento compromete o alcance do próprio ensino-aprendizagem em sua dimensão emancipatória e limita o docente à repetição de uma concepção monolítica da cultura que aborta o alcance de seu papel como agente de formação, produção e transformação. Evoco a tão esquecida imagem, inspiradora e libertária, do professor educador figurada nas palavras de Paulo Freire: “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses fazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo.”

A circulação de discursos, no campo das letras, que consagram uma certa definição de literatura, depurada das marcas sociais da diferença, não causa

surpresa, pois a área de letras-literatura, no Brasil, é considerada por pesquisadores – particularmente aqueles que participam como conselheiros *ad hoc* de agências de fomento – como a área, historicamente, mais resistente a mudanças, a mais conservadora dentre as áreas do conhecimento das ciências humanas. Parece-me que uma pista para compreender as condições em que se desenvolveu esse conservadorismo é formulada por Antonio Candido ao apontar a matriz da literatura culta brasileira como sendo a literatura dos senhores, de modo que no período de formação da literatura efetivamente se articulou como instrumento colonizador, “destinada a impor e manter a ordem política e social estabelecida pela Metrópole, através, inclusive das classes dominantes locais”.

A contribuição de Luiz Costa Lima também ilumina a questão ao apontar o estabelecimento, no século XIX, de um poder cultural pautado na constituição de uma comunidade de homens letrados: a dos homens das leis e dos homens das letras, que referenciaram o padrão do burguês intelectualizado e idealizado como “o protótipo do homem às direitas”, representante das qualidades e virtudes do brasileiro. É importante lembrar que, lado a lado da imposição desse padrão cultural elitizado, o país apresentava, em finais do século XIX, um terço da

população brasileira constituída de negros e 80% de analfabetos, o que revela o descompasso da formação do campo intelectual, de extrato erudito, em relação às realidades materiais do campo social.

Marilena Chauí, em seu *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, discorre sobre o período de formação da imagem da nacionalidade brasileira, abstraída e descolada das bases materiais de uma sociedade marcada pelo autoritarismo e por violentas desigualdades sociais e hierarquias. Hoje, não há como desconsiderar essas determinações de forças históricas e formas culturais no processo de consolidação do pensamento intelectual e de constituição do campo literário, seus objetos, definições e valores, particularmente ao se observar as práticas no campo da literatura e se constatar o quanto certos pressupostos e definições são invocados para manter certos saberes, o que significa, também, manter e reproduzir certas posições sociais.

Com o objetivo de compreender o não-dito da pergunta sobre *Úrsula*, ou seja, o que foi omitido ou excluído na sua forma de enunciação, e, assim, reinserir a questão na problemática da identidade, fazem-se necessárias algumas considerações sobre a realidade textual do romance.

Trata-se de uma narrativa cuja concepção se filia à veia romântica

e que apresenta uma trama na qual se destaca um par amoroso – Úrsula e Tancredo –, protagonista de uma série de infortúnios desencadeados pela ação de um vilão, tio de Úrsula. Homem poderoso e sem escrúpulos, não só havia assassinado o pai da sobrinha no passado como também a havia abandonado à miséria, juntamente com a mãe. Ao reencontrar e se apaixonar pela jovem, utiliza-se de todos os meios possíveis, incluindo a violência, para separá-la de Tancredo, que, por ironia, acaba revelando ser o seu próprio filho.

A tragédia, com as marcas clássicas da desmedida, da soberba e da prepotência masculina num cenário gótico de perseguição, aprisionamento, loucura e morte, não se limita à inevitabilidade narrativa na sequência dos eventos e seus efeitos no destino do núcleo doméstico, constituído de personagens da raça branca. A tragédia anuncia-se desde o primeiro capítulo, na representação da existência de personagens secundários, protagonistas de uma história não contada pelos romances canônicos do século XIX, que é a história da diáspora africana e dos horrores do regime da sociedade brasileira do Segundo Império, patriarcal e escravocrata, que tinha no escravo e na mulher suas principais vítimas.

Para Eduardo de Assis Duarte, autor do “Posfácio” na reedição de 2004,

essa solidariedade para com o oprimido, também presente no conto (da mesma autora) “A escrava”, é absolutamente inovadora se comparada àquela existente em outros romances abolicionistas do século XIX, pois nasce de uma perspectiva outra, pela qual a escritora, irmanada aos cativos e a seus descendentes, expressa, pela via da ficção, seu pertencimento a este universo de cultura.

No romance de Reis, os escravos são escravos que sofrem, sentem, pensam e contam histórias; não são personagens representados pela ótica da ideologia do branqueamento, presente em *A escrava Isaura* de Bernardo de Guimarães, romance canônico, publicado 16 anos após o surgimento de *Úrsula* e considerado pela crítica como o primeiro romance abolicionista brasileiro. Ao contrário de Isaura, a dócil escrava branca, aculturada e destituída de sua humanidade pela condição imposta por sua senhora – a proibição de lembrar a canção de seu passado e de, assim, poder cultivar a única lembrança que lhe restara na memória, a de sua mãe –, em *Úrsula*, a figura da Mãe Susana, a velha africana que evoca ternas imagens de sua terra natal e narra a história coletiva da desventura da travessia, fomenta a revolta do jovem Túlio em relação a sua condição de escravo em terra estrangeira.

O subtexto histórico e seu conteúdo racial certamente tornam o texto não palatável para leitores impacientes e predispostos aos discursos das mi-

norias. Usei o termo “racial” deliberadamente, no sentido de destacar o uso que a ideologia dominante faz do termo para se referir à identidade/pertencimento do outro, um sentido de identidade, via de regra, calcado em fundamentos biológicos e culturais cujo sentido também poderia ser aplicado ao adjetivo “branco”, no caso do enunciado “raça branca”.

Contudo, quero deixar claro que, ao contrário do que propunham as teorias da biologia evolucionista do século XIX, hoje se reconhece que não existem fundamentos biológicos para sustentar o conceito de raça, muito menos a noção de identidade étnico-racial. Nessa direção se coloca a posição do sociólogo José Carlos Gomes dos Anjos, segundo o qual falar de raça de forma adequada é falar do ponto de vista histórico, isto é, do que se faz historicamente, na medida em que as identidades se constituem e se reconstróem em função das relações de força e dominação que existem dentro de uma determinada sociedade.

Assim, pode-se dizer que, mesmo que o processo de miscigenação seja reconhecido como uma experiência histórica e cultural que define, em larga medida, a identidade brasileira, do ponto de vista social e político há um binarismo residual que permeia o campo acadêmico e que acaba reforçando antagonismos e discriminações

de caráter étnico-racial nos discursos sobre literatura e cultura.

Voltando a nossa história, se considerarmos que o não-dito da pergunta é o lugar de pressupostos que desqualificam a identidade textual do romance de Reis, em outras palavras, que questionam a sua legitimidade como texto literário com estatuto de pertencimento à literatura brasileira, podemos levantar três hipóteses em torno das quais se articulariam os pressupostos dessa negativa de mérito:

- desqualificação pela autoria, uma vez que a autora era uma escrava alforriada cuja perspectiva propõe uma outra leitura e interpretação da história brasileira, a qual escancara a violência constitutiva das relações de poder – de gênero, raça e de classe social – a contrapelo da visão paternalista, condescendente e conciliatória da experiência histórica e social do país, visão esta que alimentou os mitos da democracia racial e da não-violência da cultura brasileira;
- desqualificação pelo viés da representação por e do subalterno, uma dobra de sujeito e objeto que constela a territorialidade social e cultural do texto na ideologia (a perspectiva do outro) de acordo com a ótica do pensamento crítico conservador. O teor “ideológico”

explicaria, segundo a mesma ótica, o tratamento literário deficitário e tosco, a falta de qualidade estética do texto, um posicionamento que concebe o estético – como se isso fosse possível – como um valor puro e intransitivo, dissociado do político e separável dos determinantes sociais;

- desqualificação pela recusa do sujeito leitor (no caso, docente) em reconhecer o romance, em sua diferença, em sua alteridade radical, como um objeto legítimo de investigação e de produção de conhecimento sobre o passado. Perguntaríamos então: que valores estão em causa na pergunta dirigida à aluna? Não resta dúvida de que são aqueles valores que reforçam os interesses específicos de grupos específicos que se querem como guardiões da verdadeira literatura.

Se o não-reconhecimento de mérito do romance de Reis se justificaria em nome de uma defesa da literatura, em qualquer das hipóteses, essa defesa reside no critério de autenticidade – da autoria, da representação e da constituição do objeto de pesquisa. Todavia, como esclarece o crítico Rodolfo Franconi, o critério de autenticidade se complica se verificarmos que a representatividade da expressão configura um procedimento tautológico, pois pou-

co explicita o nível de representação literária sobre o qual se faz descansar tal atributo.

No cenário da história que narrei, pode-se então dizer, fazendo eco às lições de Foucault, que o exercício da fala docente constitui, no caso em pauta, um instrumento de dominação, pois inscreve um lugar de produção de saber que é também um lugar de manutenção de poderes: o poder de ratificar a prerrogativa e o privilégio de definir o que conta como literatura, e mais, o poder de imobilizar um conceito de literatura ou de disseminar determinado valor literário, segundo critérios fixos e preestabelecidos, sem questionamentos, como se fossem categorias absolutas, não uma definição e um valor entre outras definições e outros valores.

A desautorização do romance de Reis adquire um caráter parabólico se compreendermos a situação das escritoras brasileiras do passado como o grande contingente excluído do campo da literatura e de sua história por serem sumariamente dispensadas pela crítica, fato que nos coloca frente a frente com os mecanismos de controle e exclusão por meio dos quais se produziu a violência simbólica no processo de construção da nossa chamada “tradição”. Poderíamos citar como exemplo o caso de uma escritora sul-rio-grandense.

Delfina Benigna da Cunha inaugurou a poesia culta no Rio Grande do Sul com a publicação em 1834 de *Poesias oferecidas às senhoras rio-grandenses*, primeira obra publicada em prelos do estado, seguida de mais duas coletâneas, de 1838 e de 1846. Nos poucos comentários críticos sobre sua obra existentes até o presente salienta-se, quando muito, o reconhecimento do valor histórico de sua poesia, ao mesmo tempo em que são apontadas suas limitações no que se refere à expressão formal, como se fosse destituída de qualquer senso de composição da matéria significativa e de sentido social no contexto da tradição neoclássica – o arcadismo – no qual produziu sua obra.

Via de regra, o argumento do nível estético é utilizado para rebaixar a materialidade sensível/discursiva de sua produção. É verdade que Cunha escreveu uma obra desigual: poemas de ocasião, à maneira de repentistas, poemas ufanistas, em louvor à família imperial, e poemas contra Bento Gonçalves, pois expressou veementemente a sua oposição à Revolução Farroupilha. Mas também cantou o amor, a amizade, a infância, as perdas, a saudade, a condição existencial de uma vida aprisionada pela cegueira, que a afetara na mais tenra idade.

Muito embora Donaldo Schüler, em seu *A poesia no Rio Grande do Sul*, reconheça que alguns poemas sejam

“dignos de nota”, é tácito ao dizer que Cunha “degradou a poesia a instrumento”, observando suas “ideias vulgares e adjetivação retumbante”, particularmente quando em seus poemas politicamente engajados “não se eleva acima das primeiras manifestações da poesia culta na província” e se mostra como “a mulher furiosa”, expressando os sentimentos de “uma mulher enfurecida”. Considero o veredicto de Schüller bastante parcial, como se não perdoasse o fato de uma mulher se alinhar politicamente a favor da ordem imperial e contra a insurreição farroupilha.

Muito diferente é o posicionamento de críticos em relação a Caldre e Fião, o primeiro romancista sul-rio-grandense, cujos romances *A divina pastora* e *O corsário* foram publicados em 1847 e 1849, respectivamente. Segundo Flávio Loureiro Chaves e Guilhermino César, responsáveis pelas introduções das reedições dos respectivos romances em 1992 e 1995, Caldre e Fião apresenta o levante das forças insurrectas como sinônimo da desordem, desestabilizadora da estrutura social e da paz familiar e, nesse contexto, Bento Gonçalves é representado como um aventureiro vulgar, interessado em pilhagens marítimas, ou seja, Caldre e Fião não romantizou o movimento de 35. Contudo, em nenhum momento o escritor é rebaixado ou adjetivado em sua condição de homem.

A construção da nossa literatura nacional – a sua identidade – foi uma discussão debatida e levada a efeito por escritores e críticos. Dela não participaram as mulheres, nem foram reconhecidas como sujeitos do discurso e da cultura, participantes dessa construção, pois a elas foi imposto o lugar da margem, que o discurso acadêmico ainda tende a reforçar. Como bem observa a antropóloga Norma Telles, a cultura que se desenvolveu no Brasil foi de caráter acentuadamente masculino, racista e verbal, uma cultura de púlpito e serões familiares. No século XIX, a urbanização impôs o discurso sobre a natureza feminina, formulado nos países europeus no século XVIII e que definia a mulher exclusivamente em termos de seus papas na esfera privada. Assim, mulheres que se desviavam de suas funções ditas “naturais” colocavam em risco sua femininidade e a sua reputação; escrever significava entrar num território proibido por uma tradição milenar.

Na modernidade, a institucionalização da função autoral, como sustentáculo da autoridade literária, sempre esteve associada à identidade do autor, lugar da prerrogativa masculina de exercitar o dom da palavra. O fato de muitas das escritoras do passado terem escrito sob pseudônimo para manter o anonimato coloca em relevo o drama da autoria feminina sob a pressão social

que definia o escrever como uma função imprópria para a mulher.

Regatar a presença das mulheres no campo literário significa, primeiramente, uma maneira de combater a opressão patriarcal instalada na produção de saberes da área de humanas. Significa também:

- alterar nossas percepções de cultura e de nacionalidade, na medida em que somos expostos a outros pontos de vista, outros imaginários, outras leituras da realidade social, incluindo leituras diferenciadas da própria identidade feminina, via de regra representada, nos textos de autoria masculina, como seres essencializados e confinados à esfera doméstica, lugar, por excelência, da construção ideológica do feminino como o ser para o outro, de acordo com a definição de Simone de Beauvoir na obra clássica *O segundo sexo*;
- tomar consciência dos mecanismos de controle que existiram – e ainda existem – na cultura patriarcal, em termos das interdições, condicionamentos e processos de socialização;
- desarticular a visão restritiva do que se entende por literatura brasileira, ou seja, desestabilizar a noção de que a literatura brasileira do passado consiste de

um número limitado de textos representativos que chamamos de “cânone literário”, com vistas a ampliar os seus quadros de referência e valor.

As nossas escritoras do passado ainda não conseguiram inscrever sua identidade no cenário literário brasileiro por força de um pensamento crítico conservador que ainda monopoliza as ideias, os conteúdos e o ensino em alguns contextos institucionais de cursos de letras. Penso que na análise dessa situação é absolutamente pertinente não esquecer a posição sábia de Walter Benjamin em suas teses sobre a história: a de que não há monumento da cultura que não seja também um monumento da barbárie.

Assim, reconhecer a parcela de representatividade da produção de autoria feminina no conjunto da literatura nacional impõe-se como uma forma de redimensionar o conhecimento de nosso passado e de libertar a memória cultural do jugo colonizador para que a nossa identidade possa efetivamente se reconstruir como um processo de diferenças e identificações múltiplas e as nossas subjetividades possam encontrar eco e se alinhar nos lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural.

Falar de identidade é falar de pertencimento, do que temos em comum com algumas pessoas e do que nos

diferencia de outras tantas. É falar de um lugar que se assume por meio de uma rede de identificações e de diferenças que se articulam numa estrutura de localização e referência. E como a psicanálise e a desconstrução nos ensinam, não há possibilidade de uma identidade orgânica, unificada e completa a si mesmo, porque é sempre engendrada nessa relação discursiva com o outro que nos interpela e nos leva a ocupar um lugar que, por definição, se constitui como tal precisamente porque é atravessado pela relação com o outro. Por isso mesmo, a estrutura da identidade é sempre decentrada, efeito do jogo entre presença e ausência, entre a identidade como afirmação do mesmo e a alteridade como identificação da diferença.

Nos mesmos termos dessa perspectiva podemos repensar a questão da identidade da cultura. Se o reconhecimento do outro que nos constitui implica a transformação das relações de subordinação e discriminação no campo social, a afirmação da nossa identidade cultural passa pelo reconhecimento da diferença cultural como um processo de significação que produz no campo simbólico da identidade da cultura campos de força e de referências, os quais emergem das histórias heterogêneas e múltiplas de articulação e de contestação de valores entre gêneros, classes, raças.

É imperativo, hoje, levantar um debate sobre as motivações e os critérios de validação de textos literários que constituem a produção nacional; refletir sobre os discursos críticos do passado e do presente, identificando seus pressupostos e interrogando os elementos não-ditos subjacentes aos juízos valorativos que circulam nas letras e contribuem para naturalizar lugares e saberes instituídos. O ensino de literatura nacional como sistema simbólico que alicerça os ideogramas da nacionalidade, um repertório de imagens e representações que fundam o nexo de pertencimento a um corpo político e cultural, precisa abrir espaço para a heterogeneidade que constitui esse nexo, não para neutralizar as diferenças, mas para reconhecê-las e, nesse processo, resolver seus antagonismos.

Como profissionais da área de estudos de literatura, envolvidos com processos cognitivos e comprometidos com a formação de professores e com a qualidade de ensino, temos uma função a cumprir, a qual está relacionada com a produção e circulação do conhecimento que nos leve a conhecer quem somos nós. O ensino não está desvinculado de como fomos e do que podemos vir a ser, de como vivemos e da forma como desejamos viver no mundo.

É verdade que o campo da literatura engaja a criatividade, revitali-

zando a nossa capacidade inventiva de elaborar simbolicamente a realidade, mas também nos coloca o desafio do embate de valores e princípios que dizem respeito às maneiras como os diversos segmentos sociais inventam e criam suas realidades, dispondo de experiências na projeção de seu dever histórico. A literatura é esse território inquietante e instigador que expressa em suas formas os matizes dos conflitos, das tensões e das diferenças que nos constituem como a comunidade imaginada da nação. Por isso, a literatura constitui, por excelência, um lugar de educação para a alteridade. Todavia, depende das formas como a ensinamos a materialização de seu potencial de intervenção nessa direção.

A perspectiva do conhecimento que nos liberta da prisão do preconceito, da discriminação e das categorias reducionistas que limitam o pensamento crítico reflexivo é o imperativo do nosso papel como educadores. Desenvolver essa consciência impõe uma responsabilidade e uma decisão ética diante da história como possibilidade, não como determinação. Isso significa que o conhecimento deve coincidir com a abertura e o respeito ao outro, com a capacidade de viver e aprender com as diferenças. Essa perspectiva não pode ser perdida, porque é o que mantém acesa, mesmo no presente de muitas desesperanças, o impulso de querer

construir um ensino melhor, uma sociedade melhor e uma vida melhor. É essa a construção coletiva, solidária e democrática de identidade que devemos reivindicar e na qual devemos apostar.

Abstract

Who claims identity?

I take the narrative of an experience as frame and theme to consider the conditions under which exclusionary discourses in the literary field are produced and about their negative impact in the teaching of literature as they assume an homogeneous and totalizing concept of national identity. Such an assumption does not consider the advances of knowledge on the Brazilian literary production of the XIX century and deauthorize texts produced at the margins of the canon, feeding on discriminations and prejudices incompatible with the notion of a libertarian and emancipatory education.

Key words: Discourse. Exclusion. Value. Female authorship. Education.

Referências

- ANJOS, José Carlos Gomes dos. A identidade étnico-racial não tem fundamentos biológicos nem culturais. *Adverso*, n. 154, p. 4-6, fev. 2008.
- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- CANDIDO, Antônio. *Iniciação à literatura brasileira*. São Paulo: Humanitas, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CUNHA, Delfina Benigna da. *Poesias: oferecidas às senhoras rio-grandenses*. Porto Alegre: IEL, 2001.
- FRANCONI, Rodolfo. Da representação à representatividade: quem legitima? Agenda problemática inicial. In: CAIRO, Luiz Roberto Velloso; MOREIRA, Mria Eunice (Org.). *Questões de crítica e historiografia literária*. Porto Alegre: Nova Prova, 2006.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- GUIMARÃES, Bernardo Joaquim da Silva. *A escrava Isaura*. Porto Alegre: L&PM, 2003.
- FIÃO, José Antônio do Vale Caldre e. *A divina pastora*. Porto Alegre: RBS, 1992.
- _____. *O corsário: romance rio-grandense*. Porto Alegre: RBS, 1995.
- LIMA, Luis Costa. *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1971.
- OWEN, Hillary. Gender and revolution in southern Brazil: restitching the Farroupilha revolt in the works of Delfina Benigna da Cunha and Ana de Barandas. In: BREWSTER, Claire; DAVIES, Catherine; OWEN, Hillary (Org.). *South American independence*. Liverpool: Editora da Universidade de Liverpool, 2006.
- REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres, 4. ed. 2004.
- SCHÜLER, Donald. *A poesia no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto/IEL, 1987.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Histórias das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto; Editora Unesp, 2001.